

Artigos

António Rodrigues Sampaio e a imprensa clandestina da Patuleia (1846-1847)*

Jorge Pedro Sousa**

Maria Érica de Oliveira Lima***

Sandra Tuna****

Patrícia Oliveira Teixeira*****

Resumo

A guerra civil da Patuleia travou-se, em Portugal, entre 8 de outubro de 1846 e 29 de junho de 1847. Nela digladiaram-se as principais forças organizadas da sociedade portuguesa de então: constitucionais, cartistas e absolutistas. Surgiu, nesse contexto, uma forte imprensa clandestina, em especial em Lisboa, sede do poder cartista governamental. *O Eco de Santarém* e *O Espectro* foram os mais importantes periódicos constitucionais clandestinos publicados na capital do Reino. Redigidos quase integralmente pelo principal jornalista político português do século 19, António Rodrigues Sampaio, um homem que haveria de chegar a presidente, demonstram a vitalidade dos revolucionários. Neste trabalho, apresentam-se ambos os jornais e analisa-se o seu discurso, centrado na guerra e nos ataques pessoais, sustentando-se, em particular, que serviram a causa Patuleia, dando expressão pública às ideias dos rebeldes, e que apesar de terem beneficiado da extraordinária coragem do seu autor, não foram o produto da ação de um homem só.

Palavras-chave: António Rodrigues Sampaio. Jornalismo político. Imprensa clandestina. Portugal. Patuleia.

* Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia por meio do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

** Professor catedrático do curso de Jornalismo, Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Pesquisador do Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa. Jornalista e livre-docente (agregado) em Jornalismo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal) e pós-doutor e doutor em Jornalismo pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). É autor de 16 livros e organizador de 13 outras obras sobre Jornalismo e Comunicação. Tem cerca de 50 artigos publicados em revistas científicas. E-mail: jpsousa@ufp.edu.pt

António Rodrigues Sampaio and the Patuleia's underground press (1846-1847)

Abstract

The Patuleia civil war took place in Portugal between 8 October 1846 and 29 June 1847. It involved the major powers of the Portuguese society at the time: the Constitutional factions, the Chartists and the Absolutists. In this context, a strong underground press emerged, especially in Lisbon, which was the basis of the governmental Chartist power. The *O Eco de Santarém* and *O Espectro* were the most important underground constitutional periodicals, published in the capital. They were mostly written by the main Portuguese political journalist of the 19th century – António Rodrigues de Sampaio – who would later become President, and demonstrate the revolutionaries' vitality. The present work provides an outline of both papers, as well as an analysis of their discourse, which focuses frequently on war and personal attacks. It also maintains that such texts served the Patuleia cause, by making the rebels' ideas public, and that even though they benefited from the extraordinary courage of their author, they were not produced by one man alone.

Keywords: António Rodrigues Sampaio. Political journalism. Underground press. Portugal. Patuleia.

*** Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social e da Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil. Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Pesquisadora do Grupo Pragmática da Comunicação e da Mídia (UFRN). Autora do livro: "Mídia Regional: indústria, mercado e cultura", Ed. UFRN, 2010. E-mail: mariaerica@cchla.ufrn.br

**** Professora Auxiliar do curso de Ciências da Comunicação, Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Possui vários artigos publicados e apresentações em conferências nestes domínios, designadamente em Jornalismo, Publicidade e Tradução. E-mail: stuna@ufp.edu.pt

***** Pesquisadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação – Jornalismo, Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento da Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal. E-mail: patriciaoliveirateixeira@gmail.com

António Rodrigues Sampaio y la prensa clandestina de Patuleia (1846-1847)

Resumen

La guerra civil de Patuleia ocurrió en Portugal entre octubre de 1846 y junio de 1847. En el periodo hubo pugnas entre las principales fuerzas organizadas de la sociedad portuguesa: constitucionales, cartistas y absolutistas. En ese contexto ascendió una fuerte prensa clandestina, en especial en Lisboa, lugar del poder cartista gubernamental. El *Eco de Santarém* y *O Espectro* fueran los más importantes periódicos constitucionales clandestinos publicados en la capital del Reino. Los dos eran redactados casi integralmente por el principal periodista político portugués del siglo XIX, António Rodrigues Sampaio, quien sería, más tarde, presidente del Gobierno, y ambos demuestran la vitalidad de los revolucionarios. En este trabajo se presentan los dos periódicos y se entabla un análisis del discurso de los mismos. Se demuestra que el discurso de los dos periódicos, expresión pública de las ideas insurgentes, se centra en la guerra y en los ataques personales y en el servicio a la causa Patuleia. Sin embargo, contrario a lo que se piensa, los dos periódicos no fueron producto de un solo hombre.

Palabras clave: António Rodrigues Sampaio. Periodismo político. Prensa clandestina. Portugal. Patuleia.

Introdução

A Patuleia foi uma guerra civil que ensanguentou Portugal de 8 de outubro de 1846 a 29 de junho de 1847. Tem particular interesse porque nela intervieram as principais forças nacionais organizadas que agiam no espaço público de então: constitucionais, cartistas e miguelistas. Contou, igualmente, com a participação diplomático-militar de Espanha e Inglaterra e ainda com a intervenção diplomática francesa, ao abrigo dos acordos da Quádrupla Aliança, que possibilitavam a intervenção dos países signatários (Portugal, Espanha, França e Inglaterra) se qualquer um deles estivesse em risco de regressar ao absolutismo.

Os constitucionais eram partidários da Constituição liberal de 1822. Distinguiam-se, entre eles, os setembristas, que defendiam a Constituição de 1838, baseada na de 1822, e que tinha sido aprovada graças à eclosão de uma revolução em Setembro de 1836. Tratava-se de uma Constituição que limitava fortemente o poder real.

Os cartistas eram partidários da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil) ao Reino, em 1826,

que dava ao Soberano uma forte capacidade de intervenção sobre o Governo do país, por meio do exercício do poder moderador. Tinham por líder Costa Cabral, um antigo radical constitucional que, em 1842, tinha reposto em vigor a Carta, graças a um golpe de Estado, e que contava com um movimento de apoio, os cabralistas. A sua ação à frente do Governo (1842-1846; repetindo em 1849-1851) foi suficientemente marcante para se poder falar do período cabralista. No campo cartista distinguiam-se, ainda, o marechal Saldanha, que liderava um Governo cabralista sem Cabrais quando foi detonada a revolução da Patuleia e que tinha os seus próprios partidários (os saldanhistas), e a Rainha D. Maria II, que insidiosamente tinha vindo ao terreno da luta partidária, protegendo Costa Cabral e os cartistas e não hesitando, sequer, em envolver-se num golpe de Estado anticonstitucional e anti-setembrista, a Belenzada, em 1836.

Os miguelistas, dispersos pelo país, e que contavam com guerrilhas organizadas, eram adeptos do Antigo Regime e de D. Miguel de Portugal, que, como Rei, tinha reintroduzido o absolutismo no país, entre 1828 e 1834, até a sua derrota no final da guerra civil de 1832-1834, às mãos do seu irmão, D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), regente do Reino em nome da sua filha, D. Maria II.

Em 1846, uma revolta popular desencadeada no Minho – a Maria da Fonte – contra a subida de impostos e, principalmente, contra um decreto que impedia, por razões de saúde pública, os enterros nos adros das igrejas, provocou a queda de Costa Cabral. O duque de Palmela, chamado a formar Governo pela Rainha D. Maria II, tentou, inicialmente, desenvolver uma política de apaziguamento que desembocaria em eleições gerais, mas foi cedendo, gradativamente, aos radicais setembristas, até que foi deposto, em 6 de outubro de 1846, no golpe palaciano da Emboscada, com o envolvimento da Soberana, receosa das “impertinências democráticas” e das “ameaças revolucionárias” a que Costa Cabral a tinha poupado (BONIFÁCIO, 1993, p.27). O marechal Saldanha foi chamado, então, a formar Governo – um Governo cabralista sem Costa Cabral.

A reacção setembrista foi forte. Formou-se, no Porto, uma Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, com forças que, em 9 de outubro, iniciaram uma guerra civil contra o Governo

de Saldanha. Surgiram juntas setembristas um pouco por todo o país. O território nacional ficou retalhado, já que, se o Governo controlava a capital e regiões próximas, o resto do país encontrava-se dividido nas suas lealdades.

Em 27 de outubro de 1846, as garantias constitucionais foram suspensas e Saldanha, que, entretanto, tinha procurado a mediação da Inglaterra e de Espanha, avança, por sua vez, para a luta, derrotando os rebeldes setembristas em Torres Vedras, em 22 de dezembro. A guerra civil entrou, então, numa fase de relativa estagnação, até porque Espanha e Inglaterra, receosas da aliança contranatura que no calor do conflito se havia formado entre miguelistas e setembristas, iniciaram uma forte actividade de mediação e ameaçaram com uma intervenção militar para pôr fim ao conflito, o que efectivamente concretizaram, na Primavera de 1847. A guerra civil terminou com a assinatura da Convenção do Gramido, a 29 de junho desse ano.

Ao tempo da Patuleia, a imprensa (doutrinária) já se encontrava amplamente desenvolvida no país, mas a guerra civil obrigou ao controle dos jornais pelos campos em conflito. No Porto, eram autorizados os jornais setembristas, como *O Nacional*; em Lisboa, eram tolerados os jornais cartistas, liderados pelo *Diário do Governo*. Mas um setembrista, em Lisboa, publicou dois legendários jornais clandestinos “nas barbas do inimigo”: *O Eco de Santarém* e *O Espectro*. O seu nome? António Rodrigues Sampaio. Este trabalho tem por objectivo apresentar esses dois jornais e o seu redactor, respondendo a questões como: 1) Quem era António Rodrigues Sampaio? 2) Como lhe foi possível publicar, ao longo de sete meses, esses jornais clandestinos, na própria capital do país, sede do inimigo, contra todos os esforços das autoridades para o silenciarem? Como se apresentavam os jornais, qual era o seu conteúdo e como se envolviam no combate político?

António Rodrigues Sampaio: o principal jornalista político português de oitocentos

António Rodrigues Sampaio nasceu, em 1806, em Esposende, uma pequena vila litorânea do Norte de Portugal. Aos 14 anos, viu

triumfar a Revolução Liberal e, com ela, a liberdade de imprensa, ao abrigo da qual se fundaram imensos periódicos doutrinários, jornais de um homem só, como *O Astro da Lusitânia*, liberal, redigido por José Maria Alves Sinval, ou *A Besta Esfolada*, miguelista, redigida pelo polémico padre José Agostinho de Macedo.

O absolutismo miguelista interrompeu essa primeira vaga transformadora da imprensa portuguesa e valeu a prisão a António Rodrigues Sampaio, que ideologicamente se aproximara dos liberais. Aliás, este, uma vez livre, alistou-se no exército capitaneado pelo regente, D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil). O triunfo liberal na guerra civil de 1832-1834, porém, trouxe novamente a liberdade de imprensa ao país e, com ela, uma segunda vaga de fundação de periódicos doutrinários, agora mais sofisticados graças ao empenho dos emigrados liberais, que tinham regressado ao país após a derrota do absolutismo e conheciam o jornalismo praticado nos países mais desenvolvidos da Europa. Iniciava-se aquele que Tengarrinha (1989, p.153-155) designa por período Romântico do jornalismo português.

Os jornais “românticos” eram já feitos não por um homem só, como os do vintismo (período após a revolução liberal de 1820), mas sim por pequenos grupos de indivíduos unidos ideologicamente para um propósito comum – jornais de partido, portanto. Cedo começaram a ser necessários mais recursos para montar um jornal de bases sólidas, nomeadamente uma sede para a redação e a possibilidade de utilização de uma tipografia bem equipada, pois também constantes eram os aperfeiçoamentos nos sistemas de composição e de impressão (TENGARRINHA, 1989, p.155).

Explica José Manuel Tengarrinha (1989, p.153): “Estes periódicos que aparecem depois de 1834 diferenciam-se dos anteriores [...] por [...] maior segurança nos processos jornalísticos e apetrechamento técnico mais desenvolvido [e] [...] um novo conteúdo ideológico, aparecendo como órgãos de partidos ou [...] de facções”. Eram, em consequência, jornais que já não se limitavam a ecoar o que sucedia no espaço público, antes mantinham com ele um diálogo, já que cada jornal representava uma corrente de opinião política, actuando como respectivo porta-estandarte no colóquio, ou até, na maioria das vezes, no combate, com as demais correntes de opinião, frequentemente representadas, também, pelos seus

próprios jornais, espécie de extensões do Parlamento. A partir do Romantismo e, portanto, durante a maior parte da vida de António Rodrigues Sampaio, fazer política e fazer jornalismo eram actividades fundidas.

Rodrigues Sampaio começou no jornalismo em 1835, como tradutor-redactor de notícias do estrangeiro no jornal liberal de esquerda *Vedeta da Liberdade*, do Porto. No entanto, ficou conhecido pela alcunha *O Sampaio da Revolução*, pois o seu nome ficou indelevelmente ligado ao *Revolução de Setembro*, o jornal, fundado em 1840, com título que invoca a revolta esquerdista de setembro de 1836.

Sampaio ingressou no *Revolução de Setembro* quase logo após a sua fundação, em 1840, mas passados quatro anos, por causa do exílio dos fundadores do periódico, na sequência de uma intentona revolucionária anticabralista falhada, tornou-se redator principal do mesmo. Foi à frente desse jornal que travou a maioria das suas batalhas contra a corrupção e, sobretudo, contra as tentativas ditatoriais e de limitação da liberdade de imprensa dos governos de Costa Cabral (1842-1846 e 1849-1851), o que, inclusivamente, lhe valeu nova prisão, em 1846. A sua ação corajosa garantiu-lhe fama, como confirma, de resto, o título que o seu primeiro biógrafo, Teixeira de Vasconcelos (1859) deu, logo em 1859, à sua biografia de Sampaio – *O Sampaio da Revolução de Setembro*.

Conforme dissemos anteriormente, durante a guerra civil da Patuleia (1846-1847), Sampaio não hesitou em permanecer clandestinamente em Lisboa, arrostando enormes perigos, para, com um tipógrafo amigo, setembrista como ele, redigir e imprimir clandestinamente, a partir da própria capital do Reino, controlada pelo inimigo cabralista, dois jornais clandestinos sucessivos – *O Eco de Santarém* (1846) e *O Espectro* (1846-1847) – que se tornaram em porta-vozes oficiosos e “fantasmagóricos” dos revoltosos.

Financiado por indivíduos identificados com a causa Patuleia¹, *O Espectro* tornou-se lendário, graças ao mistério que acompanhava a sua publicação e circulação pela totalidade do território nacional. Por isso, ufano, Sampaio escrevia no número de 13 de Abril de 1847: “o *Espectro* [...] podia correr sem licença do Santo

¹ António Rodrigues Sampaio confessa-o no último número.

Ofício, e até apesar dele. [...] *O Espectro* vai às Necessidades, vai às secretarias de Estado, às estações da polícia, vai aos países estrangeiros, vai a toda a parte”. No número de 23 de Abril de 1847, acrescentava: “*O Espectro* vê tudo, e ninguém o vê a ele. Está em toda a parte, como Deus, porque é a emanção dele. Põe a mão sobre o coração do país e conta todas as suas palpitações”.

A partir de 2 de agosto de 1847, com a normalização da situação política, Sampaio recomeçou a publicação do *Revolução de Setembro*, à frente do qual esteve até morrer. Entrado no período da Regeneração (após 1851), o jornalista acabou, inclusivamente, por moderar-se no posicionamento político, conforme documenta a sua adesão ao partido liderado por Fontes Pereira de Melo, principal responsável pela ambiciosa política de obras públicas então executada (o fontismo).

Abraçando, efetivamente, a causa da Regeneração, que por algum tempo pôs fim à instabilidade política e militar, António Rodrigues Sampaio iniciou, em 1851, uma carreira parlamentar intermitente, que, a par da jornalística, o guindou a membro do Tribunal de Contas e, já plenamente reconciliado com a Família Real, a ministro do Reino. Em 1881, alcançou, por alguns meses, a presidência do Ministério (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), ponto culminante da sua vida cívica. Faleceu no ano seguinte.

Face ao seu percurso, e ao facto de ter vivido exclusivamente do jornalismo, pode afirmar-se que António Rodrigues Sampaio terá sido o jornalista – pelo menos pelos cânones da época – que maior êxito teve em Portugal entre 1835 e 1881. Pode dizer-se, também, em jeito de balanço, que ele foi mestre nessa arte de fazer do jornal uma tribuna para o orador político.

O *Eco de Santarém* e *O Espectro*: uma apresentação

D’*O Eco de Santarém* terão saído apenas quatro números², entre 8 a 14 de dezembro de 1846, redigidos quase integralmente

² A colecção da Biblioteca Nacional (cota RES 302//2A) apenas possui quatro números e um suplemento, sendo o quarto número datado de 14 de Dezembro. Se *O Espectro* começou a ser publicado a 16 de Dezembro de 1846, assumindo-se como sucessor do *Eco de Santarém*, não é crível que tenham sido publicados mais números deste último periódico.

por António Rodrigues Sampaio e impressos, furtivamente, em Lisboa, por José Elias da Costa Sanches, impressor dos cartazes do Teatro São Carlos, nas ruínas da igreja de Santa Catarina (PRAÇA, 1979, p.46, nota 7). Na coleção do *Eco* disponível na Biblioteca Nacional de Portugal³, há, ainda, um suplemento ao jornal, no qual se insere uma carta expedida pelo Conde de Bonfim, de Torres Vedras, datada de 22 de dezembro de 1846. Este suplemento é um pouco estranho, porque o *Espectro* começou a ser publicado em 16 de dezembro.

No dia 15 de dezembro, a polícia, informada por denúncia, assaltou o local onde se imprimia *O Eco*. Os agentes ainda fizeram uma busca, mas não encontraram vestígios da impressão do jornal, já que os moldes tinham sido destruídos e uma das filhas do referido tipógrafo escondera a cabeça do jornal debaixo da roupa (TENGARRINHA, 1989, p.166; 2006, p.145).

Como se apresentava *O Eco de Santarém*? Os três primeiros números ostentavam o *design* característico da época vitoriana: formato de quarto (19,5 x 25,6 cm, para uma mancha gráfica de 21,2 x 15,2 cm), cabeçalho começado pelo número, do lado esquerdo, e pelo ano, do lado direito, a que sucedia o título, central, em maiúsculas, rodeado de espaço em branco, para ter impacto visual. A seguir ao título do jornal, surgia o local e data da publicação (Lisboa, X feira, X de dezembro), destacados por dois filetes horizontais, um mais carregado do que o outro, como que desafiando as autoridades a encontrarem vestígios de um jornal clandestino impresso na própria capital. Aparecia, depois, o texto, paginado a duas colunas, com letra capitular a abrir o primeiro artigo. Normalmente, apareciam dois artigos, um a seguir ao outro, notícias e, tal como aconteceu no *Espectro*, espaços para a “Correspondência Interceptada” ao inimigo e para notícias oficiais, mas sem grandes cuidados com o ordenamento e com a hierarquização das matérias. Algumas das editoriais eram intituladas (“Notícias” ou “Correspondência Interceptada”, por exemplo), mas de forma despadronizada (tanto podia ser em itálico, como em maiúsculas, como em estilo normal), como era, aliás, comum

³ Cota RES 302//2A.

nos jornais vitorianos (a mesma situação repete-se, por exemplo, no *Revolução* e no *Espectro*).

O único suplemento ao *Eco* apareceu numa folha de idênticas dimensões às dos três primeiros números do jornal, mas de menor tamanho, paginada de um só lado e com uma mancha gráfica de 14,5 por 15 cm.

O quarto número é diferente. Embora mantendo o mesmo tipo de caracteres e de cabeçalho, aparece numa única folha de maiores dimensões e menor tamanho, talvez devido à urgência e circunstâncias da sua publicação clandestina perante a constante ameaça das autoridades policiais. A folha, paginada de um único lado, a três colunas, tem a dimensão de 40,5 X 24,2 cm, para uma mancha gráfica de 36 X 21,8 cm.

Por seu turno, *O Espectro* durou de 16 de dezembro de 1846 a 3 de julho de 1847, num total de 63 números e nove suplementos (aos números 22, 25, 31, 41, 42, 44, 49, 54) com notícias importantes de última hora.

Como se apresentava *O Espectro*? Tal como o *Eco* e o *Revolução de Setembro*, ostentava o *design* típico do período vitoriano e caracteres romanos. Também seguia o formato de quarto comum para a época (26 x 18,5 cm, para uma mancha gráfica de 23 x 15 cm). O título, central, rodeado de uma significativa quantidade de espaço vazio que lhe dava maior impacto visual, era antecedido pela menção ao número, à esquerda, pela data da publicação, ao centro, e pelo ano, à direita. Ao título, seguia-se, evocando a respectiva missão, o lema do jornal, traduzido na epígrafe *Admonet in somnis et turbida terror imago – Hórrido espectro me atormenta em sonhos*. O lema enquadrava-se na estética do Romântico, com todo o seu apelo ao sobrenatural e ao místico.

O jornal era paginado a duas colunas, separadas por um espaço em branco (na reprodução de 1880, disponível na hemeroteca online da Câmara Municipal de Lisboa, surge um filete vertical), e tinha, normalmente, quatro páginas (por três vezes, surgiu com seis páginas: números 44, 53 e 57). Os textos, corridos, alguns dos quais (em especial os artigos de fundo que abriam o jornal) iniciados com letra capitular, seguiam-se uns aos outros, mas segmentados por um arremedo de seções, que não eram fixas e que

também nem sempre eram antecedidas de qualquer denominação identificadora. Os caracteres não eram padronizados (por exemplo, a denominação das seções podia surgir em caracteres normais, em itálico ou em maiúsculas, indiferenciadamente).

Normalmente, o periódico tinha três ou quatro partes, por vezes divididas por um filete horizontal ou outro recurso gráfico, ocasionalmente com identificador (por exemplo, “Parte Oficial” ou “Correspondência Interceptada”). Iniciava-se por um artigo de fundo, habitualmente localizado e datado (a redação do artigo de fundo em Lisboa representava, inclusivamente, um desafio ao poder cartista na capital). Podia haver uma seção de notícias seguinte enquadradas e comentadas, provenientes de várias fontes, incluindo transcrições de outros jornais e de correspondência, notícias trazidas pelos barcos etc. Depois, podiam aparecer os atos oficiais da Junta do Governo Supremo do Reino, com sede no Porto, os seus decretos e proclamações (“Parte oficial”⁴), o que levava o jornal, de certa forma, a funcionar como um dos periódicos oficiosos ao serviço da mesma, a par do *Nacional*, do Porto. Finalmente, em certas ocasiões, havia ainda um espaço para informações de última hora (“À última hora”) ou, ocasionalmente, para a publicação da “Correspondência Interceptada” do inimigo (é esta, por exemplo, a designação que abre a seção no número de 28 de Abril de 1847). Destacamos, no entanto, que a ordem das seções não era fixa. Por exemplo, o primeiro número, de 16 de dezembro de 1846, abre com a “Advertência”, continua com o artigo de fundo, passa para “à Última Hora”, segue para a “Parte Oficial” e encerra com uma carta do conde do Bonfim, dando conta de operações militares.

A seção “À Última Hora” (uma vez surge “Às 10 da noite”, no número de 9 de abril de 1847) acentua a ideia de urgência na informação, tornando-a mais apetecível para o leitor, e ao mesmo tempo mostra que a *cronomentalidade* (SCHLESINGER, 1977) se inculcava no mundo jornalístico.

⁴ A “Parte Oficial” era uma secção comum nos jornais portugueses da época. Por exemplo, o próprio Sampaio transcreve frequentemente no *Espectro* notícias e outros textos inseridos nas partes oficiais de outros jornais. Leia-se o seguinte exemplo: “O *Diário* contém partes oficiais muito interessantes (...)” (6 de Janeiro de 1847)

A seção “Correspondência Interceptada”, que também existia no *Eco de Santarém*, apesar de ser ocasional, é uma das mais interessantes partes do *Espectro*, pois são nela publicadas cartas privadas e documentos políticos e militares apanhados aos cabralistas, que davam conta do ânimo ou das intenções destes.

A “Parte Oficial” era usada, conforme dissemos, para a publicação das proclamações da Junta e dos líderes rebeldes.

O conteúdo do *Eco de Santarém* e de *O Espectro*

Do que falam os jornais clandestinos redigidos por António Rodrigues Sampaio durante a Patuleia? A tabela 1, que regista os temas abordados pelo *Espectro* e pelo *Eco* (podendo cada matéria ter mais do que um tema), mostra, primeiramente, a estabilidade entre um e outro periódico no que respeita à estrutura temática. As percentagens, por categoria, são similares ou até idênticas em ambos os jornais.

Tabela 1 – Temas das matérias

Categorias	O Eco de Santarém	O Espectro
	%	%
Guerra	51	54
Economia	9	8
Crítica pessoal e ataques pessoais (situação política e social em geral)	33	27
Intervenção estrangeira	5	5
Proclamações	2	2
Decretos	0	4
Situação política e social estrangeira	0	0 [0,2]

A mesma tabela documenta que o *Eco de Santarém* e o *Espectro* falam, principalmente, da guerra civil – em mais de metade das ocorrências (51% no *Eco*; 54% no *Espectro*), esse foi o assunto principal. Num país em luta, nenhum outro tema seria de maior importância, em especial para alguém tão engajado nos tumultuosos acontecimentos como Rodrigues Sampaio. Além disso, as pesquisas sobre teoria do jornalismo mostram que a guerra, enquanto acontecimento anormal, dramático, negativo, mortífero, com os seus “heróis” míticos, as suas “figuras de elite”, é um tema de forte valor

noticioso. Traquina (2002, p.186-196), por exemplo, destaca que a morte e o conflito são critérios de noticiabilidade que orientam a seleção dos acontecimentos dignos de serem transformados em notícia, referindo, ainda, outros critérios que podem ser invocados para explicar a dominância da guerra entre os temas dos jornais clandestinos da Patuleia, como a proximidade (a guerra estava à porta) e a notabilidade – nomeadamente o número de pessoas envolvidas (no caso da guerra civil, toda a população portuguesa).

Ligado à guerra, surge o tema da intervenção estrangeira no conflito, com idêntica percentagem em ambos os jornais (5%). O nacionalismo de Sampaio, expresso repetidamente no *Eco* e no *Espectro*⁵, e a aversão setembrista a uma intervenção militar estrangeira, que poderia liquidar de vez as aspirações da esquerda liberal à restauração da Constituição de 1838 (BONIFÁCIO, 1993), são indicativos para explicar a presença do tema entre os abordados pelos jornais. Interessantemente, apesar de a ameaça da intervenção estrangeira se ter intensificado, gradativamente, até a sua efectiva materialização, o certo é que, estruturalmente falando, não há um aumento percentual da ocorrência do tema do *Eco* para o *Espectro*.

O potencial atrativo do conflito e o dramatismo resultante da possibilidade da personalização do texto ajudam a explicar, por sua vez, a forte presença das críticas e dos ataques pessoais enquanto tema forte em ambos os periódicos analisados (33% dos assuntos do *Eco* e 27% do *Espectro*). Esse resultado confirma, aliás, a tese, sustentada, entre outros, por Tengarrinha (1989, p.153), de que os jornais românticos portugueses agiam como porta-estandartes partidários no espaço público, enrolando-se em combates simbólicos que, para o caso, prolongavam, pela palavra, a guerra que ocorria no terreno. Revivia-se, afinal, a tradição aberta pelos pasquins do

⁵ Por exemplo, no número de 16 de Abril do *Espectro*, Sampaio salienta que “pedir a intervenção é por si só um escândalo” e não significaria mais do que “subjugar a maioria com a minoria”. A 1 de Junho de 1847, entre muitos outros exemplos que poderiam citar-se, exorta os portugueses a pegarem em armas contra a intervenção espanhola, lembrando os tempos da Restauração da Independência, em 1640: “Ficámos noutra tempo sem Olivença, e um pé que os espanhóis ponham agora no nosso território será assinalado como outra usurpação. [...] Heróis de 1640, oh!, se surgísseis das vossas campas, e vísseis o que nós vemos. *Segunda vez de pejo morreríeis!*”

vintismo, tão bem abordada por Nelson Werneck Sodré (1999, p.85 e p.157): “Eram vozes [...] bradando em altos termos [...]. Não encontrando a linguagem precisa [...], derivavam para a vala comum da injúria, da difamação (...)”

Mauro Wof (1987, p.180) relembra que existem critérios de noticiabilidade relativos ao produto. Esse fato contribui para justificar a relevância dos temas econômicos no *Eco* e no *Espectro* (9% e 8% dos temas, respectivamente). Num país maioritariamente analfabeto, que só então começava a dar tímidos passos para a massificação do ensino primário (e aí também António Rodrigues Sampaio, já como governante, teve uma ação decisiva), os jornais – mesmo os clandestinos – eram lidos, principalmente, pela burguesia (TENGA-RINHA, 1989, p.151), que tinha o interesse próprio da classe nos negócios e na economia do Reino. Destinados à burguesia e escritos por um pequeno burguês, como era Sampaio, o *Eco* e o *Espectro*, para terem sucesso, tinham de abordar os temas econômicos.

Finalmente, no que respeita à tabela 1, cumpre realçar a transcrição de decretos e proclamações pelos jornais analisados, provando o seu enquadramento funcional como porta vozes oficiais, na capital, Lisboa, da Junta Patuleia, instalada no Porto.

Analisando-se a tabela 2, observa-se, por outro lado, a dimensão nacional da revolta da Patuleia: há referências à generalidade do território nacional e não só.

Tabela 2 – Localização geográfica das matérias

Categorias	O Eco de Santarém	O Espectro
	%	%
Porto	13	17
Lisboa	18	13
Coimbra	4	4
Centro (Beiras/Centro)	2	7
Algarve	2	3
Alentejo (inclui Setúbal)	22	15
Minho	6	13
Trás-os-Montes	7	6
Ribatejo (inclui Santarém)	18	5
Portugal em geral	6	14
Angola	0	0 [0,2]
Espanha	0	2
Inglaterra	0	1

Os dados da tabela 2 ajudam a compreender os da tabela 3 e ambos contribuem para se perceber o funcionamento dos jornais clandestinos da Patuleia. Num país em guerra civil, como é que Antônio Rodrigues Sampaio, apesar de instalado na capital, conseguia informações originais para poder alimentar os jornais que redigia com notícias?

Tabela 3 – Fontes citadas

Categorias	<i>O Eco de Santarém</i>	<i>O Espectro</i>
	%	%
<i>Jornal Nacional</i>	0	8
<i>Jornal Estrela do Norte</i>	0	1
<i>Jornal Diário do Governo</i>	25	31
<i>Jornal Times (Inglaterra)</i>	0	3
Indivíduos em geral	10	12
Correspondência (amiga)	25	23
Correspondência interceptada	5	5
Telégrafo	0	1
Outros (portugueses)	30	14
Outros (estrangeiros)	5	9

As notícias são o principal elemento de interesse de qualquer periódico, já que são respostas a uma das eternas perguntas dos seres humanos: O que há de novo? O dispositivo de captura de informações a que recorria Sampaio para alimentar os seus jornais e responder a essa pergunta – independentemente de depois poder enquadrar e comentar estas informações a seu bel prazer – assentava, observamos pela tabela 3, em três vetores fundamentais: (1) os jornais estrangeiros e portugueses (incluindo o *Diário do Governo*, porta voz oficioso do Governo, com quem trava um combativo diálogo ao longo do tempo (os jornalistas liam-se, como hoje se lêem, uns aos outros); (2) a correspondência, incluindo, interessantemente, a correspondência interceptada ao inimigo, o que o obrigaria a ter uma rede organizada para as forças no terreno lhe fazerem chegar as cartas; e (3) fontes pessoais, incluindo-se aqui contatos na rua e fontes regulares. O telégrafo, num país tecnologicamente pouco equipado, era jornalisticamente pouco usado – e quando o era, merecia referência especial.

Tabela 4 – Gêneros jornalísticos

Categorias	O <i>Eco de Santarém</i>	O <i>Espectro</i>
	%	%
Artigo de opinião simples	0	2
Notícia breve comentada	2	2
Notícia breve não comentada	39	14
Notícia desenvolvida comentada	28	37
Notícia desenvolvida não comentada	19	24
Artigo de opinião com matéria informativa	12	21

A tabela 4 permite entender que, apesar de eminentemente doutrinários (muitas das matérias do *Eco* e do *Espectro* são comentadas – 42% no *Eco* e 62% no *Espectro*), os jornais políticos, mesmo os clandestinos, também davam informações, sinal de que, portanto, o fluxo de notícias era regular e significativo e também de que, obviamente, não conseguiam sobreviver sem elas: no *Eco*, 58% das matérias são informativas e não comentadas; no *Espectro*, essa percentagem baixa para 38%, ainda assim um percentual relevante. A diminuição das matérias sujeitas a interpretação, enquadramento e comentário do *Eco* para o *Espectro* pode corresponder à própria dramatização simbólica – ainda que não militar – do conflito civil.

Do ponto de vista qualitativo, o que queria António Rodrigues Sampaio do *Eco de Santarém* e do *Espectro*? O jornalista diz, no primeiro número do *Eco* (8 de dezembro de 1846), que seria uma “voz da verdade” que não daria aos adversários “o prazer do silêncio” e que rompendo “o silêncio dos sepulcros” iria “perturbar os festins” dos cabralistas, “esses banquetes de ouro e sangue em que se devoram as cartilagens da Pátria”. Revela, ainda, ser sua intenção expor “as falsidades (...), as verdades que se ocultam, os factos que se invertem, as reputações que se caluniam, os dinheiros que se roubam, os rendimentos que se dissipam”. O que se observa nos trechos de texto citados é a crença de Sampaio no poder escrutinador e mobilizador do jornalismo, em prol da narração de uma causa e de uma “verdade”. Mas observa-se, também, a adesão a uma retórica romântica, transclassista, coloquial, apaixonada, destinada ao iletrado e ao erudito, à leitura silenciosa ou em voz alta, pois apela às emoções

e à exaltação dos sentimentos, não à reflexão racional e serena. Está em causa o convencimento pela comoção.

O combate de Sampaio com os jornais governamentais é constante, já que a imprensa era o espaço (imaterial e simbólico) mais relevante de discussão pública das causas: “O *Diário* não cessa de nos dizer que todos correm em alistar-se voluntariamente, mas apesar desse entusiasmo, Lisboa tornou-se uma verdadeira tapada real: é uma montaria por essas ruas que é difícil escapar aos galgos da polícia.” (*O Eco de Santarém*, 8 de dezembro de 1846)

A intenção de Sampaio é a de incorporar a sua visão do mundo no universo simbólico das pessoas politizadas. O valor central do *Espectro* é a defesa da liberdade, tal como se explicita no primeiro número, de 16 dezembro de 1846, quando se anuncia que o jornal se baterá pela “justiça”, “liberdade” e “igualdade”. Escreve, ainda, António Rodrigues Sampaio, no primeiro número do periódico: “O *Espectro* é a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores [...], esse fantasma que não deixa o rico no seu palácio nem o pobre na sua cabana [...]” Nesse trecho, como em muitos outros, Sampaio não hesita em misturar, metafórica e liricamente, às vezes comparativamente, o sentimento e o melodrama, a beleza e o horror, apelando às emoções, fazendo, portanto, a ponte com os ideais literários do Romantismo e quase excluindo a razão, a calma e a ponderação do Classicismo. É assim que se justifica a passagem “O *Espectro* é a sombra das vítimas” e, igualmente, a própria epígrafe do jornal: “Hórrido espectro me atormenta em sonhos.” Logo no primeiro número do *Espectro*, de 16 de dezembro de 1846, a abertura do artigo de fundo documenta a asserção anterior: “Lisboa apresenta o aspecto da morte. As suas ruas [...] acham-se desertas, os seus templos vazios, os seus espetáculos interrompidos, as suas transacções comerciais paralisadas, os seus habitantes entristecidos (...) – esta confusão [...] exprime o estado de consternação em que jaz [...]”

Um outro valor ecoado por Sampaio é o apego à verdade (a *uma* verdade), na tradição da historiografia clássica, adquirida pelo jornalismo desde as primeiras publicações de cunho jornalístico dos séculos 16 e 17, que se viam a si mesmas como registos historiográficos (SOUSA, 2008, p.13-30): “Falai em tudo verdades.

Nestas horas tremendas [...] é preciso ser franco [...].” (*Espectro*, 19 de Dezembro de 1846)

Sampaio vê-se a si mesmo como a “voz da verdade”: “O *Espectro* não tem paixões mundanas – a sua missão é dizer a verdade” (*Espectro*, 28 de dezembro de 1846). Vê-se a si mesmo como *verdadeiro*, cumprindo nas suas palavras todo o ideal de verdade da historiografia clássica. Nesse contexto, um recurso retórico usado abundantemente por Sampaio é o relato de situações concretas, capazes de funcionar como *prova* de que o que ele afirma é verdade, como no seguinte exemplo: “A tirania tem ostentado todos os seus furores contra os desvalidos. Os prisioneiros de Torres Vedras foram metidos no pontão [...]. Metidos no porão dum navio estiveram [...] a feijão e água suja [...]!” (*Espectro*, 2 de Janeiro de 1847)

Em matéria de denúncia com prova, o melhor é citar os documentos dos adversários, a correspondência que lhe é apreendida e os jornais que lhe são afetos, virando o que é dito contra quem o profere: “Vamos transcrever alguns trechos de um papel que por aí corre, espalhado pela gente do Governo, no qual se lêem algumas coisas curiosas. Diz ele: ‘Tratou-se com a Inglaterra uma intervenção [...]’.” (*Espectro*, 11 de maio de 1847)

A adjectivação desmesura muitos juízos de Sampaio: “o ex-duque carbonário, republicano, absolutista, beato e hipócrita, [...] tudo isto tem sido em diferentes tempos” (*Espectro*, 13 de Fevereiro de 1847). Paradoxalmente, o jornalista condenou o uso da linguagem desbragada de outros jornais, preocupando-se com os limites éticos do jornalismo: “Apareceu [...] O *Popular*. O *Espectro* faltaria à sua missão se ficasse silencioso à vista da linguagem que nele se emprega.” (*Espectro*, 26 de fevereiro de 1847)

Apesar de doutrinários e clandestinos, os jornais que Sampaio redigiu na Patuleia trazem notícias. Algumas são objetivas, como um *lead*: “A brigada do sr. César de Vasconcelos está em Abrantes” (*Espectro*, 2 de janeiro de 1847). Outras, porém, eram imprecisas, sendo o jornal incapaz de atestar a verdade do que diz: “Ao conde das Antas têm-se reunido uma grande parte das forças de Torres Vedras. Há quem eleve este número a 19 mil. Não sabemos a certeza.” (*Espectro*, 2 de janeiro de 1847).

Conclusões

Pode observar, em primeiro lugar, que António Rodrigues Sampaio foi um dos principais produtores simbólicos oitocentistas, graças à sua ação política por meio do jornalismo. No *Eco* e no *Espectro*, ele conseguiu fazer passar o ponto de vista dos patuleias, recorrendo aos dispositivos retóricos do Romantismo.

Em segundo lugar, demonstrou-se que o *Eco* e o *Espectro*, apesar de abordarem predominantemente a guerra civil e de por vezes se perderem em diatribes pessoais, se centram na defesa da liberdade e, paradoxalmente, se assumem como “vozes da verdade” que materializariam em si os valores da historiografia Clássica que o jornalismo incorporou.

Em terceiro lugar, deve ver-se como mito a ideia de que *O Espectro* e *O Eco de Santarém* são a obra de um homem. António Rodrigues Sampaio redigiu esses jornais, mas beneficiou de uma rede de indivíduos identificados com a causa Patuleia que o apoiaram com dinheiro e informações e na distribuição.

Referências

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Apologia da história política*. Lisboa: Quetzal, 1999.

_____. *História da guerra civil da Patuleia, 1846-1847*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CABRERA, Ana. *O Espectro de António Rodrigues Sampaio e a Patuleia*. Texto inédito de conferência proferida na Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2006.

CARMO REIS, A. O Porto nas páginas d'O *Espectro*: uma leitura da Patuleia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História*, n. 14, 1997, p. 465-496.

CUNHA, Alfredo. *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

NEIVA SOARES, Franquelim. *António Rodrigues de Sampaio. 1806-1882*. Antologia. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982.

_____. *António Rodrigues Sampaio*. Estudos dispersos no centenário da morte. Braga: edição do autor, 2006.

- _____. O homem e o seu tempo. *In:* AUTORES VÁRIOS. **António Rodrigues Sampaio**. Bicentenário do nascimento. Actas do seminário. 21 de Julho de 2006. Esposende. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2007. p. 20-55
- PINTO, Júlio Lourenço; RODRIGUES, Manuel M.; PEREIRA, Firmino; AVELAR, Borges; RAMOS, João de Oliveira; MARQUES GOMES *et al.* **António Rodrigues Sampaio**: Homenagem prestada à sua memória pela Imprensa do Porto. Porto: Real Tipografia Lusitana, 1882.
- PINTO, Manuel. O papel “civilizador” da imprensa. *In:* AUTORES VÁRIOS. **António Rodrigues Sampaio**. Bicentenário do nascimento. Actas do seminário. 21 de Julho de 2006. Esposende. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2007. p. 56-65.
- PRAÇA, Afonso. Um jornal clandestino do século XIX: *O Espectro* do Sampaio da Revolução. **História**, Fevereiro de 1979. p. 42-46.
- RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal, Lisboa**: A esfera dos livros, 2009.
- SCHLESINGER, P. Newsmen and their time machine. **British Journal of Sociology**, v. 28, n.3, p. 336-350, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed.com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. *In:* SOUSA, Jorge Pedro (Org.), **Jornalismo**: história, teoria e metodologia da pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 12-93.
- TEIXEIRA DE VASCONCELOS, A. A. **O Sampaio da Revolução de Setembro**. Paris: s/e, 1859.
- TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

Recebido:30.10.2010

Aceito: 06.06.2011